



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001106-39.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Paulo Sergio Costa Matias**
 Requerido: **BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Zanini Maciel**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 9.099/1995, passo a expor os fundamentos da decisão.

Oportuno o julgamento imediato da lide, independentemente da realização de audiência de instrução, tendo em conta que se mostra desnecessária a produção de novas provas ao equacionamento do litígio.

Não procede a pretensão deduzida pelo autor, uma vez que não restou caracterizada a manutenção indevida do protesto impugnado, de resto já cancelado (págs. 40/41), por ato ilícito cometido pela ré.

Com efeito, a iniciativa para o cancelamento de protesto lavrado regularmente, uma vez efetuado o pagamento na forma devida, assim como a obrigação de arcar com as despesas cartorárias decorrentes, à míngua de demonstração de ajuste em sentido diverso, competem ao próprio devedor e não foi demonstrada omissão imputável à instituição financeira que tenha retardado a medida.

Assim é que inexistente notícia de resistência desta à emissão da carta de anuência para tanto empregada (pág. 42), tanto que expedida sem delongas à época da indigitada negativa de crédito (pág. 85), não havendo menção da formalização de solicitação pretérita ou demora no atendimento ao pleito após acionada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

Descabe cogitar-se, outrossim, da inércia atribuída à demandada em função da ausência de envio deste documento logo depois da quitação do débito pendente, já que não consta ter sido comunicada da recusa do tabelionato em proceder à baixa à luz de via do instrumento contratual utilizado como título para o apontamento, acompanhada do boleto bancário gerado e comprovante do respectivo pagamento de que dispunha o demandante (págs. 21/22), o que, aliás, ao que se depreende da narrativa constante da petição inicial, sequer foi tentado.

Neste cenário, não tendo o autor comprovado haver adotado as providências que lhe incumbiam para o desfazimento do protesto em voga, não restou configurado que a ré concorreu para a sua manutenção mesmo após a satisfação do crédito correspondente, não podendo ser responsabilizada, portanto, pelos danos decorrentes da permanência indevida da restrição, imputável à própria desídia daquele.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido veiculado na demanda indenizatória proposta por *Paulo Sérgio Costa Matias* em face de *BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento*, prejudicada a tutela provisória de urgência outrora concedida diante do prévio cancelamento extrajudicial do protesto.

Não caracterizada litigância de má-fé, incabível a condenação da parte autora ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput*, 1ª parte, da Lei nº 9.099/1995, ficando a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita postulada condicionada, ainda, à demonstração do estado de insuficiência de recursos invocado, não evidenciado pelos elementos disponíveis, considerando, inclusive, o expressivo valor e quantidade das prestações mensais do financiamento contratado, mediante apresentação de cópia da última declaração de bens e rendimentos prestada à Receita Federal ou, sendo dispensado desta obrigação, de comprovante de renda e extratos de movimentação bancária referentes aos últimos três meses.

P.I.

Araraquara, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**